



ANTÓNIO BELÉM & ANTÓNIO GONÇALVES  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA  
SROC N.º 96 - NIF. 502 585 811 - Capital Social realizado 12.600 €



**SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VILA FRANCA DE XIRA**

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

**CONTAS INDIVIDUAIS**

**DEZEMBRO DE 2018**



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira (a entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 58.485.435,75 euros e um total de fundos próprios de 54.296.802,52 euros, incluindo um resultado líquido de 587.176,74 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 18.876.325,14 euros de despesa paga e um total de 21.693.174,59 euros de receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.
2. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira, em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (Pocal).

#### Bases para a opinião

3. A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras". Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfases

4. Conforme mencionado nas Notas Anexas ao Balanço e Demonstração de Resultados, a entidade não regista os saldos a receber de utentes, que respeitam a resíduos sólidos e tratamento de águas residuais, cujo valor ascende a 560.336,73 euros, em 31 de dezembro de 2018, nem a respetiva provisão para dívida de cobrança duvidosa. O crédito e as contas a receber, desta natureza, são registados nas Contas do Município de Vila Franca de Xira, assim como as respetivas provisões para clientes de cobrança duvidosa.

5. De acordo com o mencionado nas Notas Anexas ao Balanço e Demonstração de Resultados, no ano de 2018, a entidade procedeu à regularização do saldo das contas a receber de utentes, conta corrente, por acerto com o saldo constante do sistema comercial "Aquamatrix". Esta regularização, gerou uma redução nas contas de resultados transitados, no valor líquido de 135.391,16 euros. Os resultados transitados foram ainda afetados, negativamente no montante de 415.425,86 euros, relativo a faturas da compra de água que respeitam ao ano anterior, dado que a empresa procedeu à especialização da compra de água, pela primeira vez no ano de 2018.

A nossa opinião não é modificada com respeito a estas matérias

### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

6. O órgão de gestão é responsável pela:
- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais;
  - elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
  - criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
  - adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
  - avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

7. A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte integrante de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional, durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude, ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma documentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

8. Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Algés, 20 de março de 2019



António Belém & António Gonçalves, SROC, Lda.

Representada por António Joaquim Andrade Gonçalves - ROC 948